

Bonapartismo e cesarismo nos estudos sobre
o período 1930-1964 da república brasileira:
alguns apontamentos introdutórios

Felipe Demier

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Bonapartismo e cesarismo nos estudos sobre o período 1930-1964 da república brasileira: alguns apontamentos introdutórios

Resumo: O presente artigo assinala a presença da ideia de "autonomização relativa do Estado", fenômeno histórico-político abordado por alguns clássicos do pensamento marxista, em alguns dos destacados trabalhos científicos que se dedicaram ao chamado período "populista" da história nacional. Mais especificamente, buscaremos, de modo bastante sucinto, expor como os conceitos de "bonapartismo", tal como foi trabalhado por León Trotsky, e de "cesarismo", do modo como foi desenvolvido por Antônio Gramsci, encontram-se presentes em uma parcela da produção bibliográfica acadêmica que visou compreender as relações entre classes sociais e Estado no período da república brasileira localizado entre 1930 e 1964.

Palavras-chave: Bonapartismo, Cesarismo, Leon Trotsky, Antonio Gramsci

Bonapartism and cesarism in the studies about the period 1930-1964 of the Brazilian republic: some introductory notes

Abstract: This article highlights the presence of the idea of "relative autonomization from the State", a historico-political phenomenon dealt with by some classics of the Marxist thought, in some of the remarkable scientific works that were dedicated to the so-called "populist" period of the national history. More specifically, we will seek to expose, very briefly, how the concepts of "bonapartism", as it was worked by León Trotsky, and of "cesarism", in the way it was developed by Antônio Gramsci, are present in part of the academic bibliographic production that aimed at understanding the relationships between social classes and the State in the period of the Brazilian republic between 1930 and 1964.

Keywords: Bonapartism, Cesarism, Leon Trotsky, Antonio Gramsci

Encerrando um caráter meramente introdutório, este artigo não almeja mais do que apresentar brevemente a relação entre as produções teóricas oriundas do movimento operário internacional e da universidade brasileira no tocante a determinadas formações políticas em que o Estado, em função de situações denominadas de "crise de hegemonia", acaba por se "elevantar" por sobre as classes e frações de classe em disputa com o objetivo de preservar a ordem social capitalista. Desse modo, as linhas seguintes contêm, após uma rápida apresentação do fenômeno da "autonomização relativa do Estado", uma ligeira exposição das reflexões de Trotsky e Gramsci sobre, respectivamente, os conceitos de "bonapartismo" e "cesarismo". Posteriormente, será possível encontrar uma pequena demonstração de como tais conceitos constituíram importante instrumental analítico – por vezes implícito – de algumas conhecidas publicações que acabaram por observar a existência de aparelho estatal relativamente autônomo face aos diversos grupos sociais a partir da ascensão de Vargas ao poder em 1930.

Bonapartismo: uma breve apresentação

Em seu "clássico" ensaio sobre a trama política francesa de 1848-1851, batizado de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Marx

utilizou o conceito de “bonapartismo” para definir o regime político instituído no país pelo golpe de Estado, assestado a 2 de dezembro daquele último ano, pelo então presidente da República (e suposto sobrinho de Napoleão), Luís Bonaparte (MARX, 1978).¹ Um pouco mais tarde, Engels mobilizaria o mesmo conceito para analisar o sistema político edificado por Otto Von Bismarck na atrasada Alemanha (ENGELS, 1981).² Apoiando-se nas sugestivas observações dos fundadores do materialismo dialético, muitos teóricos do movimento operário utilizariam o conceito para caracterizar vários regimes políticos e governos instituídos em diversas localidades ao longo do século XX.

Buscando oferecer aos leitores uma síntese teórica do conceito, podemos dizer que o *bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada “autonomização relativa do Estado” diante das classes e demais segmentos sociais em presença.* Em determinadas conjunturas de acuidade da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de *equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica*, o aparelho de Estado se ingurgita, *eleva-se sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade*

1 Já na época dos acontecimentos, pairavam dúvidas sobre a verdadeira existência de um vínculo consanguíneo entre Napoleão Bonaparte (Napoleão I) e Luís Bonaparte (Napoleão III).

2 Naturalmente, não poderemos oferecer aqui uma análise (mesmo que exígua) da noção de “bonapartismo” em Marx e Engels, tarefa que requereria, primeiramente, uma profunda reflexão sobre a obra *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1978), o que alteraria significativamente a dimensão deste artigo. Para os interessados na temática do “bonapartismo” no pensamento de Marx, indicamos as leituras de (POULANTZAS, 1971) – ver especialmente o capítulo IV intitulado “A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado capitalista” e (BORTO JR., 2002).

nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a "paz social" e salvaguarda a ordem capitalista em xeque.

Essa elevação do aparelho estatal acima das partes contenciosas expressa justamente a "autonomia relativa" adquirida pelo Estado, ou, mais precisamente, pelo seu núcleo fundamental (em especial, poder executivo, aparato repressivo e burocracia) face às distintas frações do capital e suas representações políticas. Adquirindo uma ingente força política própria, o aparelho estatal já não é a expressão, o instrumento, de nenhuma dessas frações em particular. Precisamente para desempenhar o papel de mantenedor do que há de comum a todas elas – a propriedade capitalista –, o Estado, enquanto novo ordenador da vida social, necessita submetê-las à sua direção e ditames políticos de tipo essencialmente burocrático.

Sob o bonapartismo, o Estado, relativamente autônomo frente às frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses do conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última – Entretanto, tal fato não significa que não haja sempre uma ou mais frações do capital que sejam privilegiadas pelas políticas estatais sob o bonapartismo. Configura-se, então, uma formação particular assumida pelo Estado capitalista em momentos de crise; um tipo de regime político caracterizado por uma dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais.

O aparelho estatal, funcionando como uma espécie de *árbitro* do jogo político e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e *independente* da sociedade. Ao longo do regime bonapartista, os governos vigentes, em especial os que são afinados com a arquitetura institucional daquele, tendem, eles também, a encerrar um caráter mais ou menos autônomo em relação aos partidos e demais organizações políticas eventualmente existentes. O bonapartismo mostra-se, então, não só como um regime político, mas ainda como uma modalidade de governo, na qual a classe dominante não tem acesso direto às

rédeas do Estado. É nesse sentido que o fenômeno bonapartista se refere a um processo dialético pelo qual a burguesia "abdica" das funções de domínio político da nação para ver mantida sua dominação econômica no interior da mesma.

Originado de uma situação politicamente instável gerada pela exacerbção do confronto social, o regime bonapartista, colimando preservar as bases da dominação de classe burguesa, lança-se em uma luta física e ideológica pela reintegração e harmonização da sociedade burguesa então dilacerada. Assim, direciona suas forças repressivas contra os perturbadores da ordem: prioritariamente, ataca violentamente aquele que é o fundamento primeiro do temor burguês: o movimento operário organizado. Proibindo, fechando ou mesmo destruindo as organizações sindicais, políticas e culturais dos trabalhadores, o regime bonapartista intenta desmontar a vanguarda da classe que, pela sua própria existência, coloca em risco a manutenção da exploração social. Assim, na qualidade de indivíduos atomizados e desprovidos de uma consciência emancipatória, o proletariado pode passar a funcionar como base e sustentáculo de "massas" da nova ordem política capitaneada pelo próprio Estado; são justamente essas "massas populares", um novo sujeito social e político nascido dos processos de urbanização e industrialização, as quais o bonapartismo vê-se impingido – e nisso reside grande parte de sua própria "razão de ser" – a incorporar, controlada e subalternamente, à esfera política.

Nessa engenhosa empresa, a direção bonapartista pode vir a colocar em movimento certas camadas marginalizadas da sociedade – o chamado *lumpem-proletariado* – direcionando-as tanto para o apoio efusivo ao regime, quanto para o esmagamento da resistência operária. Em certas ocasiões, elementos agrários pequeno-burgueses (campesinato), temerosos do avanço político do proletariado, fornecem uma legitimidade socialmente reacionária ao poder bonapartista.

Entretanto, secundariamente, o regime bonapartista volta suas baterias também contra os elementos reves da classe dominante, adestrando ou mesmo suprimindo suas recalcitrantes representações políticas, sejam elas partidos, lideranças classistas, círculos ideológicos ou jornais panfletários. Assim, o Estado burguês sob forma bonapartista, priva a própria burguesia de sua ampla liberdade política, embora o nível de tal privação seja infinitamente inferior ao imposto à classe trabalhadora.

Essa nova, complexa e contraditória relação estabelecida entre o aparelho de Estado e ambas as classes sociais fundamentais é determinante na montagem institucional que vertebra o regime bonapartista. Almejando eliminar o clima politicamente radicalizado e tenso que o produziu, o novo regime se edifica promovendo a extinção das instâncias e elementos jurídico-políticos presentes no regime anterior, os quais, segundo os construtores bonapartistas, teriam permitido a instalação do embate político em proporções socialmente insuportáveis. Desse modo, muitas das chamadas "liberdades democráticas", algumas defendidas pela própria burguesia em seu alvorecer revolucionário, são, em um quadro de contrarrevolução política, suspensas sob a alegação de "perigosas" e "socialistas". Liberdades de expressão, reunião e organização, entre outros "princípios" da democracia burguesa, dão lugar, no bonapartismo, à vigência quase constante e ordinária de expedientes os quais, naquela, existem apenas na qualidade de mecanismos excepcionais e temporários - como: permissão para prisão sem mandato judicial, suspensão do direito ao *habeas corpus*, suspensão do direito à inviolabilidade do lar e de correspondência, etc.

O sufrágio universal, baluarte-mor do regime democrático-burguês, tende a assumir, nas vezes em que é preservado (ou instituído), uma conotação *plebiscitária*. Outros direitos constitucionais mais propriamente democráticos, como o de greve, impostos à burguesia pelas lutas operárias dos séculos XIX e XX, podem

ser tratados de vários modos (porém essencialmente iguais) pelo poder bonapartista: em circunstâncias relativamente amainadas do confronto social, a manutenção daqueles direitos se vincula ao enxerto de ardilosos aditamentos jurídicos que, na realidade, servem para dificultar ou inviabilizar seu exercício prático; já em momentos de maior radicalização política, tais direitos democráticos costumam ser simplesmente suspensos ou despuoradamente banidos. Opera-se, portanto, uma clara mudança de regime no Estado burguês, limitando demasiadamente a mobilidade das forças sociais na cena política. Passa a vigorar uma espécie de "estado de sítio" permanente.

A específica desproporção de forças entre os poderes estatais no regime bonapartista é, também, um de seus precípuos aspectos definidores. Encarregado de salvar a nação ameaçada por suas fissuras e lutas intestinas, o Executivo torna-se praticamente onipotente, concentrando em suas estruturas constitutivas, sobretudo na figura do chefe de Estado, um quantum de poder exorbitantemente desproporcional em relação aos demais poderes de Estado. Nesse movimento, verifica-se também uma fortíssima centralização política do país, por meio da qual a instância central desse fortalecido Poder Executivo (União, Império etc.) impõe-se quase que integralmente sobre todos os poderes de natureza regional e local (governos estaduais, prefeituras municipais, chefes políticos distritais, assembleias estaduais, câmaras municipais, tribunais e fóruns locais etc. Essa ubiquidade do Executivo é diretamente proporcional à fraqueza do Legislativo e do Judiciário.

Vistas como as arenas, por excelência, do exacerbado e aziago embate travado entre as representações políticas no regime anterior, as instâncias parlamentares são tratadas como uma das principais fontes da discórdia que fraturou o país. Com a finalidade de manter a "ordem" e a "paz", o regime bonapartista procura desfazer as conexões entre as várias frações e segmentos sociais

beligerantes e a esfera política institucional-representativa. Ao Parlamento, conseqüentemente, é reservado um papel absolutamente secundário ou inexistente: por vezes é colocado sob nítido controle do Executivo, em outras é simplesmente fechado. Quanto ao Judiciário, resta-lhe capitular abertamente ao Executivo ou ser modificado por esse em sua estrutura, funcionamento e pessoal.

Com suas dimensões dilatadas e gozando de poderes discricionários, a cúpula dirigente do Executivo *equilibra-se* sobre os campos em luta e, subalternizando ou dispensando o parlamento e os seus partidos políticos, encontra seu apoio naquilo que é, na verdade, o núcleo fundamental do aparelho de Estado: a *burocracia e as Forças Armadas*. Essas duas "instituições" extrapolam suas habituais funções exercidas sob o regime constitucional anterior e ampliam visivelmente seus domínios sobre o tecido social; não obstante se apresentam sob um véu "técnico" e "apolítico", passando a desempenhar um papel protagônico na condução da vida política, econômica e cultural do país.

Desmontando os tradicionais mecanismos de representação política da democracia burguesa, o *todo-poderoso* aparelho estatal trabalha na construção de uma outra forma de conexão entre o poder público e o corpo cívico, visando tornar esse último imune às exacerbadas contendas políticas verificadas no regime anterior. A relação entre governantes e governados sob o bonapartismo assume a forma de uma relação direta entre o chefe de Estado e os cidadãos nacionais, na qual tem lugar um imprescindível ingrediente ideológico de cunho pequeno-burguês. Seja ele um presidente civil, militar ou um nostálgico Imperador, o líder máximo do país, na maioria das vezes carismático e demagógico, se proclama o harmonizador da nação, dizendo *arbitrar* os interesses conflitantes provenientes de todas as partes que a constituem. A *personalização* da política é, portanto, quase sempre um ingrediente importante na receita bonapartista.

Objetivando bloquear o desenvolvimento dos elementos classistas na subjetividade dos trabalhadores, o regime bonapartista trata-os, jurídica e discursivamente, como um volumoso conglomerado populacional que não é senão resultado da adição de indivíduos proletários isolados. Amalgamado com extratos sociais de diferentes matizes, o proletariado se dilui pela retórica bonapartista nas manobráveis "massas populares" e no policlassista "povo" - em muitos casos, isso não é incompatível com a permanência da "classe trabalhadora" no léxico do regime, que pode até concebê-la como uma parcela específica da sociedade (e que deve colaborar com as demais), mas nunca enquanto um sujeito social estruturalmente antagônico ao capital (o que colocaria em risco a integridade nacional que se persegue). É com esse "povo" disforme e alienado que o líder "Bonaparte", dispensando qualquer tipo de plataforma político-programática bem definida, estabelece uma relação extremamente fetichista, dirigindo-se a ele e sendo reconhecido por ele como seu único e lídimo intérprete, como aquele que, investido de "sabedoria" e "capacidade decisória", pode protegê-lo das injustiças sociais e das "elites gananciosas".

À maneira tipicamente pequeno-burguesa, o Estado é tomado pelos seus cidadãos como um ente politicamente "neutro" que, pairando acima das classes sociais, mostra-se ao seu "povo" como uma entidade "protetora", "benfeitora" e "benevolente". Nessa astuta engrenagem ideológica do regime, uma sofisticada máquina de propaganda, declaradamente ufanista e apologeta da ordem, costuma desempenhar um destacado papel apelando para emocionalidade de amplos contingentes populacionais trazidos para a cena política. Por meio dessa "política de massas", que combina ideologia e, sobretudo, coerção, procura-se neutralizar ou eliminar tendências políticas "radicais" (classistas) brotadas entre os setores subalternos no regime anterior. O bonapartismo é, portanto, um fenômeno cuja manifestação é própria de sociedades complexas,

nas quais a existência das incontáveis "massas populares" torna ineficazes antigas e altamente exclusivistas formas de dominação política burguesa sobre os setores socialmente explorados – regimes aristocráticos, oligárquicos, governo dos "notáveis", voto censitário etc.

Compreendido, então, como uma modalidade particular e contemporânea dessa dominação política burguesa, o bonapartismo é, *ao menos nas nações centrais do capitalismo*, uma forma de regime e de governo excepcional e transitória, não obstante presente várias ocorrências e, por vezes, uma significativa duração temporal. Engendrado por uma "crise de hegemonia", o bonapartismo é solapado ou quando essa se encerra – isto é, quando uma ou mais frações da classe dominante se apresentam, finalmente, capazes de dirigir politicamente a nação –, ou quando massivas mobilizações políticas antirregime lhe retiram sua sustentação social.

León Trotsky e os bonapartismos

Combatendo o uso indiscriminado por parte da Internacional Comunista (IC) estalinizada do termo "fascista" para caracterizar quaisquer regimes nos quais despontavam medidas coercitivas e uma alta centralização do poder político, Trotsky se pôs a produzir uma série de artigos de intervenção política em que apontava as importantes diferenças entre "bonapartismo" e "fascismo". A conjuntura política alemã anterior à vitória de Hitler em 1933³ e a situ-

3 A partir de 1930, tiveram lugar na Alemanha subsequentes gabinetes reacionários sob o governo presidencial do conservador Hindenburg: Brüning, von Papen e von Schleicher.

ação francesa entre 1934 e a ocupação nazista em 1940⁴ foram dois momentos privilegiados para esse debate proposto por Trotsky.⁵

Analisando muito atentamente as complexas relações existentes entre as classes sociais, suas representações políticas e as instituições estatais na Alemanha, Trotsky considerou que os referidos governos do país eram todos, em maior ou menor grau, dotados de um conteúdo bonapartista, e não fascista, como defendiam os estalinistas alemães. Opondo-se às caracterizações e propostas apresentadas tanto por esses últimos, quanto pelos social-democratas, Trotsky, apontando a instabilidade estrutural do "complicado" bonapartismo alemão (TROTSKY, s. d., p. 351), propagandeou incessantemente a ideia de que somente uma "frente única" constituída pelas organizações sindicais e políticas dos trabalhadores alemães, cuja existência preparasse as condições para uma vitoriosa revolução proletária, poderia impedir que os nazistas lograssem êxito em seus sanguinários objetivos.⁶

4 Esse período foi marcado por sucessivos governos autoritários na França (Doumergue, Flandin, Bouissou, Laval e Sarraut) e pela ascensão da *Fronte Populaire* de Leon Blum.

5 Ver, respectivamente, os artigos contidos em TROTSKY, s. d. e TROTSKY, 1994. Desde então, a categoria "bonapartismo" passou a constar muito mais no léxico dos trotskistas do que no dos estalinistas, que continuaram a usar à porfia a expressão "fascista". Nesse sentido, não achamos ser mera coincidência o fato de que a utilização da categoria de "bonapartismo" para dar conta de momentos políticos da vida brasileira tenha sido obra, na enorme maioria das vezes, de intelectuais marxistas críticos às teses proibidas, como veremos mais adiante.

6 O vigoroso proletariado alemão, representado por duas massivas organizações políticas, o Partido Social-Democrata (o "histórico" SPD) e o Partido Comunista da Alemanha (KPD), mostrava-se um tanto quanto "perdido" diante daquele azoado cenário histórico. Aparizadores por profissão, os chefes social-democratas consideravam ser crível que Hindenburg, Papen e cia. pudessem bloquear o caminho do poder aos fascistas, semando entre suas volumosas bases operárias ilusões políticas em relação àqueles governos. No outro extremo das análises conjunturais, a direção do KPD, por sua vez, tomava o vigente regime político como já dotado de um conteúdo "fascista". Na lógica interpretativa dos estalinistas alemães, praticamente desprovida de nuances políticas, uma eventual vitória de Hitler não

Em um dos vários artigos dedicados à polêmica com as lideranças estalinistas, o revolucionário russo ofereceu, por meio de uma linguagem recheada de metáforas, uma espécie de síntese do fenômeno histórico bonapartista, que podemos conferir abaixo:

Logo que a luta entre dois campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se “independente” da sociedade. Lembremo-nos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos numa rocha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. É precisamente o esquema do bonapartismo. Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores. Mas o caixeiro está

implicaria senão em mais um governo fascista que, tal como os precedentes, visaria salvar o capitalismo em ruínas no país. Essa vulgar caracterização da realidade política nacional, na qual todos os gatos eram pardos, conduzia a uma estratégia antifascista absolutamente sectária, que negava a possibilidade de construção de uma “frente única operária” com o SPD, definido como um partido “social-fascista”. Esse absurdo posicionamento por parte do KPD deveu-se, sobretudo, à nova orientação política da IC consagrada em seu VI congresso (1928). Naquele momento, a direção da IC avaliou que a relação de forças no que dizia respeito às possibilidades de uma revolução mundial entrava em seu “terceiro período” após a Revolução Russa. Segundo seus prognósticos, o “terceiro período” significava a agonia final do capitalismo que inelutavelmente desembocaria em uma nova ascensão revolucionária das massas – nessa periodização, o “primeiro período” [1917-1923] havia sido marcado por uma onda revolucionária mundial seguida à Revolução de Outubro, enquanto que o “segundo período” [1924-1928] fora a fase de estabilização do capitalismo iniciado quando das derrotas das revoluções europeias. Dada essa caracterização, a IC realizou um giro “ultra-esquerdista” e orientou seus partidos a aplicarem uma política de “classe contra classe”, na qual se rejeitava qualquer aliança, até mesmo com os partidos operários social-democratas que, em função de seus vínculos “ideológicos” com a pequena-burguesia, foram estupidamente classificados de “social-fascistas”.

sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônias para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara (TROTSKY, s. d., p. 282).

Distintamente do fascismo, um "regime de guerra civil aberta contra o proletariado" (*Idem*, p. 301), o bonapartismo se constituiria essencialmente em um "regime da 'paz civil'" assentado "sobre uma ditadura policial-militar" (*Idem*). Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária - e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa -, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e "independente" aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas.

Reeditando a mesma perspectiva interpretativa que utilizara há pouco para a Alemanha, Trotsky caracterizou a configuração político-institucional francesa vigente a partir do governo Doumergue (1934) como expressão de uma etapa da transição (não inexorável) entre a democracia burguesa e o regime fascista. Em função do forte peso social e político das classes médias citadinas, seguidoras em grande parte do Partido Radical de Daladier e Herriot, o bonapartismo francês assumiria uma feição "semiparlamentar", na qual declinantes elementos democráticos conviviam com o poder discricionário de chefes governamentais apoiados na burocracia e nas Forças Armadas.⁷

7 "Na França, o movimento da democracia ao fascismo ainda está em sua primeira etapa. O parlamento existe, mas já não tem os poderes de outros tempos, e nunca mais os recuperará. Morta de medo, a maioria dos deputados recorreu, depois de 6 de fevereiro [manifestação fascista que forçou a renúncia do governo democrático-burguês de Daladier], ao poder de Doumergue, o salvador, o árbitro. Seu governo se coloca acima do Parlamento. Não se apóia sobre a maioria "democraticamente" eleita, mas direta e indiretamente sobre o aparato burocrático, sobre a polícia e o Exército" (TROTSKY, 1994, p. 29).

Combatendo duramente a política de *frente popular* levada a cabo pelos estalinistas franceses em consonância com a direção da IC,⁸ Trotsky, no calor dos acontecimentos que conformavam um cenário político efervescente, alinhavava vaticínios que, em essência, aproximavam-se dos que fizera para a cena política alemã pré-hitlerista: caso o proletariado não vencesse, venceria o fascismo. Segundo o revolucionário, não seria possível dizer de antemão por quanto tempo ainda continuariam “se sucedendo na França ministérios semiparlamentares, semibonapartistas”, e “por quais fases precisas” passaria o país “no curso do próximo período” (TROTSKY, 1994, p. 135). De todo modo, a certeza era de que não haveria “caminho de volta até a democracia pacífica” (*idem*, p. 30).

Já em sua obra intitulada *A história da revolução russa* (TROTSKY, 1967), buscando explicar o caráter profundamente débil do “bonapartismo kerenskista”, Trotsky realizou uma comparação acerca das diversas modalidades de bonapartismo que tiveram lugar na cena história desde Napoleão I. Nessa digressão de ordem histórico-sociológica feita pelo intelectual bolchevique, o “bonapartismo”

8 Após a vitória eleitoral de Hitler e a consequente instauração do regime nazista na Alemanha, a direção da Internacional Comunista viu-se impelida a rever a política estratégica que até então adotava face ao avanço do fascismo. Dispensando, como de hábito, qualquer tipo de autocritica, a burocracia estalinista, a partir de fins de 1934, iniciou um abandono prático de suas táticas “esquerdistas” baseadas teoricamente na linha do “terceiro período”. Em seu VII congresso, em agosto de 1935, a IC oficializa uma posição abertamente “oportunist”, defendendo a aliança da União Soviética com os “imperialismos democráticos” (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) contra os “imperialismos fascistas” de Hitler e Mussolini. Elaborada principalmente pelo comunista búlgaro George Dimitrov, a nova linha política orientava os PC’s a realizarem “frentes antifascistas” não só com os partidos social-democratas de seus países (os ex-“social-fascistas”), mas também com todos os setores “democráticos” da burguesia, conformando, assim, as chamadas frentes populares. De forma implacável, Trotsky atacou a “oportunist” estratégia de frente popular defendida pelos chefes do Partido Comunista Francês (PCF). Segundo o dissidente soviético, atrelando o proletariado à burguesia imperialista francesa, a “colaboração de classes” propugnada pelos estalinistas, longe de afugentar o inimigo fascista, só faria conter o ímpeto revolucionário do primeiro e cimentar o caminho para a reação política da segunda.

de Napoleão teria tido como fonte de sua força política o fato de que se assentava na emergência da sociedade burguesa, na qual a figura de um "árbitro" que garantisse, pelo "sabre", as conquistas da revolução – "aos grandes burgueses a possibilidade de ganhar lucros, aos camponeses a posse de seus lotes, aos filhos dos camponeses e aos miseráveis a possibilidade de pilhagens durante a guerra" – fez-se historicamente necessária (*Idem*, v. II, p. 544). Nesse momento, entretanto, ressaltou Trotsky, o antagonismo entre burguesia e proletariado "ainda estava longe da maturidade". Razões sociais distintas, contudo, explicavam a existência histórica dos "bonapartismos" de Luís Bonaparte e Bismarck:

O golpe de Estado de 1848 não deu, nem podia dar, terras aos camponeses: não era uma grande revolução que substituía um regime social por outro, era um arranjo político baseado no mesmo regime social. Napoleão III não trazia, após si, um exército vitorioso. Os dois elementos principais do bonapartismo clássico não existiam. Havia, entretanto, outras condições propícias e não menos eficazes. O proletariado, que em cinquenta anos crescera, demonstrou em junho, sua força ameaçadora: mostrou-se, entretanto, ainda incapaz de tomar o poder. A burguesia temia tanto o proletariado quanto a vitória sangrenta conseguida contra ele. O camponês proprietário amedrontara-se perante a insurreição de junho e desejava que o Estado o protegesse contra os que queriam levar a termo a repartição das terras. E, enfim, o poderoso progresso industrial, que durara, com certas interrupções, durante duas dezenas de anos, abria à burguesia fontes jamais igualadas de enriquecimento. Essas condições foram suficientes para um bonapartismo de epígono.

Na política de Bismarck que, ele também, se elevava "acima das classes", houve, conforme mais de uma vez foi demonstrado, traços indubitáveis de bonapartismo, se bem que sob aparências de legitimidade. A estabilidade do regime de Bismarck estava assegurada pelo fato de que, nascido após uma revolução impotente, ele dera solução, ou meia solução, a um problema nacional tão grande quanto a unidade alemã, saíra vitorioso em três guerras, e contribuíra para um poderoso florescimento capitalista. Isso basta para uma dezena de anos (*idem*).

Surgido em outra fase histórica, sob o imperialismo, o *kerenskismo* não teve a mesma sorte dos "bonapartismos" anteriores. Localizado em momento de acuidade da luta de classes entre proletariado e a burguesia, e em uma nação em que sequer havia conquistas de uma revolução burguesa a assegurar (como, por exemplo, a terra aos camponeses e uma verdadeira unidade nacional), a variante "bonapartista" russa careceu de bases sociais sólidas que lhe permitissem se efetivar como tal:

A desgraça dos russos que posavam como candidatos a Bonaparte [além de Kerensky, o general Kornilov, segundo Trotsky, também se colocou como uma eventual liderança "bonapartista" em meio à crise do regime de "dualidade de poderes" inaugurado pela "Revolução de Fevereiro"] não consistia, absolutamente, no fato de que eles não se pareciam nem com o primeiro Napoleão nem mesmo com Bismarck: a história sabe fazer uso dos sucedâneos. Eles tinham, contra eles, uma grande revolução que não resolvera os próprios problemas dela nem tão pouco esgotara suas forças. O camponês que

ainda não obtivera terra era forçado, pela burguesia, a guerrear em benefício dos domínios dos nobres. A guerra só trazia derrotas. Não havia sequer um florescimento industrial: ao contrário, a desordem ocasionava, constantemente, novas devastações. Se o proletariado recuou foi sempre para tornar a cerrar fileiras. A classe camponesa só se punha em movimento para uma derradeira investida contra os senhores. As nacionalidades oprimidas passavam à ofensiva contra o despotismo russificador. Em busca da paz, o exército unia-se cada vez mais estreitamente aos operários e ao Partido deles. Embaixo se concentravam enquanto que em cima se enfraqueciam. Não havia, pois, equilíbrio. A Revolução permanecia em pleno verdor. E não causa, portanto, admiração o bonapartismo ter-se revelado anêmico (*idem*, p. 544-545).

Quando de seu exílio no México (1937-1940), Trotsky voltaria a trabalhar com a ideia de "bonapartismo", dessa vez para analisar os regimes pós-oligárquicos que então se proliferavam no continente latinoamericano na vaga aberta pela crise de 1929. Observemos, então, algumas palavras de Trotsky concernentes a esses regimes:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer,

por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [do governo mexicano] se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas (TROTSKY, 2000b, p. 163-164).

Em outro trecho, em que distingue o governo do general Cárdenas (1934-1940) da ditadura *estadonovista* de Vargas (1937-1945), Trotsky expõe novamente o caráter "bonapartista" dos regimes latinoamericanos, assim como as duas formas que esse "bonapartismo" assumia no continente:

Estamos em um período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência frente aos imperialistas estrangeiros. A burguesia nacional está obrigada a flertar com os operários, com os camponeses, e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e trabalhar sob sua tutela direta, teremos um regime fascista, como no Brasil, por exemplo. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado existe o capital imperialista, e por outro, existe o medo do proletariado, porque a história, ali, saltou uma etapa, e porque o proletariado se converteu em

um fator importante antes que tenha sido realizada a dominação democrática do conjunto da sociedade (TROTSKY, 2000a, p. 124).

Consideramos que esses dois fragmentos citados são demonstrativos das elaborações do revolucionário russo acerca da natureza dos regimes políticos que eclodiam na região a partir da década de 1930. Em função de um desenvolvimento retardatário do capitalismo, os Estados latinoamericanos tendiam a assumir formas "bonapartistas", dada a relação, própria aos países *atrasados*, entre capital estrangeiro, burguesia nacional e proletariado. Em uma conjuntura de crise do sistema capitalista mundial, que teria proporcionado uma maior autonomia às formações sociais subordinadas ao capital imperialista, os governos burgueses da América Latina viam-se obrigados a optar (e essa opção não era "livre", como se pode perceber no trecho citado logo acima, mas dependia de condições históricas específicas de cada formação) entre se apoiar nas massas trabalhadoras para barganhar com o imperialismo ou simplesmente se render a este impondo àquelas um "regime fascista" (ou, em outros termos, uma "cerrada ditadura policial-militar"):

Como nos países atrasados o papel principal não é jogado pelo capital nacional e sim pelo estrangeiro, a burguesia nacional ocupa, enquanto à sua localização social, uma posição muito inferior ao que corresponde o desenvolvimento da indústria. Como o capital estrangeiro não importa operários e sim proletariza a população nativa, o proletariado nacional começa muito rapidamente a jogar o papel mais importante na vida nacional. Sob tais condições, na medida em que o governo nacional intenta oferecer alguma resistência

ao capital estrangeiro, se vê obrigado em maior ou menor grau a apoiar-se no proletariado. Por outro lado, os governos dos países atrasados que consideram inevitável ou mais proveitoso marchar de mãos dadas com o capital estrangeiro destroem as organizações operárias e implantam um regime mais ou menos totalitário. Deste modo, a debilidade da burguesia nacional, a ausência de uma tradição de governo comunal próprio ["comunas", municipalidades], a pressão do capitalismo estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado corta na raiz qualquer possibilidade de um regime democrático estável. O governo dos países atrasados, sejam coloniais ou semi-coloniais, assume em geral um caráter bonapartista ou semibonapartista. Diferem entre si na medida em que alguns intentam orientar-se para a democracia, buscando apoio nos operários e camponeses, enquanto que outros implantam uma cerrada ditadura policial-militar (TROTSKY, 2000d, p. 174).

Podemos notar que, para Trotsky, portanto, existiram duas modalidades, duas variantes dentre os "bonapartismos *sui generis*" que se configuravam na América Latina.

Na modalidade na qual o governo atrelava-se fielmente ao imperialismo e submetia os trabalhadores "às amarras de uma ditadura policial", Trotsky enquadrou, à guisa de exemplo, além do regime *estadonovista* de Vargas, o governo de Fulgêncio Batista em Cuba (1934-1944).⁹ Esses governos, bastante temerosos de qual-

⁹ Quanto ao fato de Trotsky ter enquadrado a ditadura *estadonovista* nessa modalidade, vale lembrar que o revolucionário russo foi assassinado em 1940, não assistindo, portanto, à aproximação mais direta com as massas operada por Getúlio Vargas a partir de 1943.

quer participação política das massas que uma luta contra o imperialismo poderia desencadear, acabavam por, no máximo, explorar em proveito próprio as contradições inter-imperialistas:

Em muitos países latino-americanos, a ascendente burguesia nacional, buscando uma maior participação no butim e ainda se esforçando para aumentar a medida de sua independência - quer dizer, para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país - (...) trata de se utilizar das rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros com este fim. Mas a sua debilidade geral e sua retardada aparição a impede de alcançar um mais alto nível de desenvolvimento que o de servir a um amo imperialista contra outro. Não podem lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional por temer desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçaria sua própria existência social. O exemplo recente de Vargas, que trata de se utilizar da rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, mas ao mesmo tempo mantém a mais selvagem ditadura sobre as massas populares, vem ao caso (TROTSKY, 2000c, p. 93).

Trotsky observou com muita precisão a natureza da política diplomática do "Estado Novo" brasileiro às vésperas da Segunda Guerra Mundial a partir dos novos objetivos almejados pelas burguesias periféricas na dada conjuntura.¹⁰ Incapazes de promover uma "autêntica independência nacional" por conta de sua

10 Acerca da política externa do primeiro governo Vargas, ver: MOURA, 1980 e GAMBISI, 1977.

natureza retardatária e das danosas consequências que um movimento de massas antiimperialista poderia acarretar, restaria a algumas burguesias latinoamericanas tirar proveito das disputas interimperialistas com o fito de aumentar sua participação no resultado da "pilhagem", ao mesmo tempo em que impunham às massas uma forma ditatorial de regime.¹¹

Já na outra modalidade de "bonapartismo *sui generis*" presente na região, na qual o aparelho governamental, "manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões", ganharia desse modo a possibilidade de dispor "de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros", Trotsky inspirou-se principalmente na formação política mexicana à época de Lázaro Cárdenas. Os regimes que se encaixariam nessa variante de "esquerda" dos "bonapartismos *sui generis*" latinoamericanos foram apresentados por Trotsky como possuidores de um caráter "semibonapartista democrático", ou "semidemocrático" (Trotsky, 2000a, p. 124). Tendo sempre em mente as condições históricas próprias da América Latina, Trotsky apontou a dubiedade presente nesses governos, partidos e movimentos vinculados a essa modalidade "semibonapartista democrática":

Em todos os casos em que ela [a burguesia nacional] enfrenta diretamente os imperialistas estrangeiros ou os seus agentes reacionários fascistas, nós [a

11. Vale destacar aqui que essa leitura de Trotsky acerca dos limites políticos da burguesia brasileira, representada à época (ainda que indiretamente) por Vargas, encontra-se dentro de uma perspectiva mais geral do revolucionário no que diz respeito às possibilidades históricas das burguesias "coloniais" e "semi-coloniais". Ao analisar o embate da burguesia chinesa, representada pelo Kuomintang, contra o imperialismo japonês às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Trotsky afirmou que Chiang Kai-shek lutava contra os invasores japoneses "apenas dentro dos limites" que lhes eram impostos pelos "seus patrões britânicos ou yanquis" (Trotsky, 2000e, p. 329).

IV Internacional]¹² damos a ela nosso pleno apoio revolucionário, conservando a independência integral de nossa organização, de nosso programa, de nosso partido, e nossa plena liberdade de crítica. O Koumitang na China, o PRM [Partido da Revolução Mexicana] no México, o APRA [Aliança Popular Revolucionária Americana] no Peru são organizações totalmente análogas. É a Frente Popular sob a forma de partido.

Apreciada corretamente, a Frente Popular não tem na América Latina um caráter tão reacionário como na França ou na Espanha. Tem duas facetas. Pode ter um conteúdo reacionário na medida em que está dirigida contra os operários, pode ter um caráter agressivo na medida em que está dirigida contra o imperialismo” (Trotsky, 2000a, p. 124-125).¹³

12 Lembramos ao leitor que após ser expulso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em fins de 1927, Trotsky empenhou-se na construção da Oposição de Esquerda Internacional (OEI), que objetivava lutar pela direção tanto do PCUS quanto da Internacional Comunista. No entanto, a partir da vitória do nazismo na Alemanha em 1933, favorecida, em grande parte, pela política adotada pela Internacional Comunista, Trotsky decretou a falência do PCUS e da IC e passou a trabalhar para transformar a “Oposição de Esquerda Internacional” em uma nova organização de caráter mundial que resgatasse os princípios do internacionalismo revolucionário de Marx, Engels e Lênin. Assim, em 1938, foi fundada a IV Internacional, denominada também de Partido Mundial da Revolução.

13 Ao comparar o PRM e o APRA com o Koumitang para defender a independência dos trabalhadores diante desse tipo de organização nacionalista-burguesa, o que Trotsky fez foi retomar a crítica feita por ele próprio à subordinação do Partido Comunista Chinês ao partido de Chang-Kai-Shek no período da revolução chinesa de 1925-1927, subordinação esta orientada pela IC já sob controle do stalinismo.

Antonio Gramsci e o "cesarismo"

Antonio Gramsci foi outro teórico marxista ligado organicamente ao movimento operário que, de um modo bastante arguto, refletiu acerca dos processos de "autonomização relativa do Estado". Trabalhando com o conceito de "cesarismo",¹⁴ Gramsci, similarmente a Trotsky, chamou atenção para o fato de que, historicamente, o fenômeno da "elevação" do Estado à figura de "árbitro" perante as classes sociais em disputa pode encerrar um caráter "progressista" ou "regressivo", dependendo da época em que tal fenômeno se efetue:

Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista luta contra a

14 Em uma determinada parte de seus escritos carcerários, Gramsci afirma que toma "cesarismo" e "bonapartismo" como sinônimos e, a partir de então, em alguns trechos seguintes, passa a trabalhar com o termo "bonapartismo" (ver GRAMSCI, 2000, p. 65-66). Em outros momentos desses seus escritos, contudo, Gramsci utiliza apenas a categoria de "cesarismo", como poderemos ver daqui para frente. Vale lembrar, entretanto, que o próprio Marx já havia alertado para os problemas do uso "cesarismo" para dar conta de fenômenos políticos situados na modernidade capitalista: "Finalmente espero que o meu trabalho [O 18 Brumário de Luís Bonaparte] possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado cesarismo. Nessa analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada entre os cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. Esquece-se a significativa frase de Simondi: 'O proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado'. Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas não de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel" (MARX, 1978, p. 9. Grifo do autor.).

força regressiva *B*, não só pode ocorrer que *A* vença *B* ou *B* vença *A*, mas também pode suceder que nem *A* nem *B* vençam, porém se debilitem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora, submetendo o que resta de *A* e de *B* (...)

Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução "arbitral", confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído pela história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando a sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também nesse caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck de cesarismo regressivo.

Trata-se de ver se, na dialética "revolução-restauração", é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás, e não existem restaurações *in toto*" (GRAMSCI, 2000, p. 76-77).

Pode-se perceber nas linhas acima do revolucionário sardo uma enorme preocupação de ordem histórica quando de sua tentativa de compreender dialeticamente as relações de forças entre classes sociais e Estado. Tal preocupação é facilmente notada pela utilização por parte do autor de exemplos históricos distintos de "cesarismo", procedimento de que lançou mão, certamente, com o objetivo de demonstrar o conteúdo "progressista" ou "regressivo" de cada uma dessas manifestações da "autonomização relativa do Estado".¹⁵ Aliás, não consiste em tarefa difícil observarmos a proximidade existente entre as análises de Gramsci e de Trotsky sobre o tema em questão, em especial no que tange aos exemplos utilizados por ambos:

A força dominante na França de 1815 a 1848 dividira-se politicamente (facciosamente) em quatro frações: a legitimista, a orleanista, a bonapartista e a jacobino-republicana. As lutas internas entre as facções eram de tal ordem que tornaram possível o avanço da força antagonista B (progressista) de forma "precoce"; contudo, a forma social existente ainda não esgotara as suas possibilidades de desenvolvimento, como a história em seguida mostrou amplamente. Napoleão III representou (à sua maneira, de acordo com a estatura do homem, que não era grande) estas possibilidades latentes e imanentes: o seu cesarismo, assim, tem um colorido particular. É objetivamente progressista, embora não como o de César e Napoleão I. O cesarismo de César e Napoleão I foi, por assim dizer, de caráter

15 É importante destacarmos que a discussão de Gramsci acerca da "autonomização relativa do Estado" ("cesarismo") é articulada, pelo próprio autor, com a discussão sobre outros fenômenos histórico-sociais enxergados por ele, tais como os que denominou de "revolução restauração" e "revolução passiva".

quantitativo-qualitativo, ou seja, representou a fase histórica de passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem em que as inovações foram tantas e de tal ordem que representaram uma transformação completa. O cesarismo de Napoleão III foi só e limitadamente quantitativo, não houve a passagem de um tipo de Estado para outro, mas só "evolução" dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta" (GRAMSCI, 2000, p. 78-79).

Tal como Trotsky, o marxista sardo assinalou as diferenças existentes entre os regimes de Napoleão e de seu "sobrinho", derivadas dos momentos históricos distintos (no que diz respeito à edificação da sociedade burguesa) em que ambos tiveram lugar. Em um raciocínio similar ao utilizado pelo marxista russo para dissertar sobre a variante bonapartista expressa pelo governo de Kerensky, Gramsci apontou como, sob a época imperialista ("no mundo moderno"), os cesarismos, em função da acuidade atingida pela luta de classes entre as classes fundamentais, acabavam por assumir um conteúdo diferenciado "tanto daqueles do tipo progressista César-Napoleão I, como também daqueles do tipo Napoleão III, embora se aproximem desse último" (*Idem*, p. 79). Os "cesarismos" no "mundo moderno" tendiam, segundo Gramsci, a assumir um conteúdo cada vez mais "policial" (*Idem*).

Gramsci, entretanto, chegou a afirmar que, mesmo sob a fase monopolista do capitalismo, existiriam cesarismos que, se não eram, certamente, "revoluções", também não seriam "inteiramente reações", pois indicariam que,

na velha sociedade, estavam latentes forças operosas que os velhos dirigentes não sabiam aproveitar, mesmo que fossem "forças marginais", mas não absolutamente

progressistas, por não poder "marcar época". Tornam-se historicamente efetivas em razão da debilidade construtiva do antagonista, não de uma força própria interior, e, portanto, estão ligadas a uma situação determinada de equilíbrio das forças em luta, ambas incapazes de expressar no próprio campo uma vontade reconstrutiva autônoma (GRAMSCI, 2000, p. 303-304).

Consideramos que as elaborações de marxistas do movimento operário como León Trotsky e Antonio Gramsci sobre, respectivamente, "bonapartismo" e "cesarismo" podem ter exercido uma significativa influência em intelectuais brasileiros que se propuseram a interpretar as formações políticas assumidas pelo Estado brasileiro no período 1930-1964. Vejamos isso então.

"Autonomização relativa do Estado" e processo político brasileiro (1930-1964)

Como é sabido, a chamada "Revolução de 1930", assim como o regime político oriundo desta foram alvos de diversas análises por parte da historiografia e das ciências sociais em geral, além das provenientes do movimento operário.

À época da Revolução de 1930, o jovem PCB, já contaminado pelas teorias estalinistas e ainda sob certa influência (teórico-analítica, porém não mais político-programática) do *Agrarismo e industrialismo* de autoria de Octavio Brandão (BRANDÃO, 2006), a interpretou como não mais do que um subproduto político de contradições interimperialistas entre Inglaterra e Estados Unidos, nações que disputavam o controle sobre a economia latino-americana. O partido encontrava-se em busca de uma revolução que

inaugurasse uma “etapa” de natureza “democrático-burguesa”,¹⁶ mas não a “encontrou” em 1930, interpretando o golpe que levava Vargas ao poder como um simples resultado da rivalidade imperialista anglo-americana que oporia uma parcela da burguesia brasileira ligada às atividades industriais e comerciais – vinculada ao capital norte-americano – aos cafeicultores paulistas e o setor financeiro, atrelados ao capital britânico.¹⁷ Superada a fase “ultra-

16 Todavia, em função da orientação política do “terceiro período”, o PCB não buscava na burguesia nativa uma direção para esse hipotético processo político, tal como fizera anteriormente e voltaria a fazer depois.

17 No Brasil, as influências da nova orientação política da IC (“terceiro período”) já puderam ser sentidas na realização do III congresso do PCB, realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Porém, somente a partir da I Conferência dos PC's latino-americanos, ocorrida em junho de 1929 em Buenos Aires, que a fina sintonia entre o partido brasileiro e a IC foi finalmente alcançada. Em uma abrupta e sectária inflexão política, o PCB produziu uma severa autocrítica à sua posição de aliança com a pequena-burguesia e afrouxou seus laços com a ala esquerda do movimento “leninista”, liderada por Prestes – visto agora pelos pecebistas como uma figura “pequeno-burguesa”, uma espécie de “Chiang Kai-Shek brasileiro”. Permaneceram na perspectiva partidária, entretanto, vários outros elementos que orientavam teórica e politicamente os comunistas brasileiros desde Agrarismo e Industrialismo e o II Congresso do partido (1925), tais como a lógica “dualista” de interpretação da realidade nacional, a tese da existência de uma disputa inter-imperialista (anglo-americana) do país, assim como a defesa de uma etapa ainda capitalista para a “revolução brasileira”. Essa curiosa ambiguidade programática do PCB (revolução burguesa sem participação da burguesia) se explica, entre outros fatores, pelo fato de que a IC, sob o “terceiro período”, manteve para os países “colônias” e “semicolônias” sua tese de que seriam necessárias realizações de revoluções “democráticas” para que o caminho estivesse aberto às revoluções socialistas propriamente ditas. Agora, contudo, a luta para a concretização dessas etapas “democráticas” não poderia mais contar com o apoio dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, e nem mesmo com os partidos social-democratas, agora tomados como “social-fascistas”. A grunada “ultra-esquerdista” do PCB conduziu, também, à adoção de uma postura obrerista por parte da sua direção. Ideologia altamente fetichista baseada em um estúpido culto à classe operária e seu alienado modo de vida sob o capitalismo, o obrerismo e sua derivada diretriz organizativa, a chamada “bolchevização”, funcionaram tanto no PCUS quanto na IC como ardidas armas políticas na cruenta luta contra o trotskismo levada a cabo pela burocracia estalinista. No PCB, além de servir a essa mesma finalidade (combate à oposição interna trotskista, da qual trataremos mais adiante), a política da “proletarização” interna foi mobilizada

esquerdista", o PCB, guiado doravante pelo signo das *frentes-populares*, tornou seu entendimento referente à realidade e ao processo histórico brasileiro cada vez mais submetido ao imperativo político de uma aliança com a chamada "burguesia nacional" com vistas a tal revolução "democrático-burguesa".

Com o passar dos anos, a perspectiva interpretativa dos *pece-bistas* foi se tornando mais claramente "etapista" e "dualista", tal como sua política tornava-se incorrigivelmente mais "oportunistista". De modo retrospectivo, a Revolução de 1930 começou a ser vista como um momento de ascensão política de setores da burguesia brasileira que possuíam um caráter "progressista" (e até mesmo "antiimperialista") em detrimento dos grupos oligárquicos e "feudais" ligados diretamente ao imperialismo.

A partir do final da década de 1950, coadunadas com o pensamento "nacionalista", as teses do PCB ganharam certa notoriedade nos meios acadêmicos. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da burguesia brasileira*, citando Wanderley Guilherme, definiu o episódio de 1930 como o "golpe da burguesia" (SODRÉ, 1964, p. 290). Tal posicionamento constituía uma decorrência analítica de uma interpretação histórica que vislumbra nos anos 1920 um antagonismo entre o imperialismo, alicerçado nas classes latifundiárias, e a expansão industrial voltada para o mercado interno, que teria como protagonista a burguesia industrial ("nacional").

O caráter industrialista assumido pelo Estado brasileiro após a Revolução de 1930, em especial a partir de 1937, seria uma evidência de que a burguesia industrial teria se apossado da máquina estatal com o fim da Primeira República (1889-1930). Lembramos ainda que coexistiam com essa visão esquemática abordagens que enfocavam o papel dirigente das "classes médias" na Revolução

também para escluir da direção, e depois das próprias fileiras partidárias, intelectuais como Astrogildo Pereira e Otávio Brandão, responsabilizados diretamente pelos "desvios de direita" contidos na linha política anterior. Quanto a essas questões, ver, entre outros trabalhos, PYSIKAKIS, 1991.

de 1930, perspectiva que havia sido inaugurada pelo trabalho de Virgínio Santa Rosa intitulado *O sentido do tenentismo* (SANTA ROSA, 1932) e que foi desenvolvida por intelectuais "nacionalistas" como Guerreiro Ramos (RAMOS, 1961) e Hélio Jaguaribe (JAGUARIBE, 1962).

Francisco Weffort, dotado de outra perspectiva histórica, observou de forma substancialmente distinta a ruptura institucional havida em 1930. Segundo ele, a crise internacional a partir de 1929 teria acirrado os conflitos já existentes entre as frações oligárquicas no interior do sistema agro-exportador. Teriam se somado a isso as aspirações políticas de cunho liberal das classes médias e o clamor por maior participação dos setores burgueses ligados à industrialização. Para Weffort, apesar desses setores industriais terem sido "talvez os maiores beneficiários das mudanças políticas que se verificam depois de 1930",

seria ilusório supor que teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levam à crise da oligarquia. O movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi antes de tudo o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham uma posição divergente no interior do sistema oligárquico. A burguesia industrial, como força política individualizada, esteve praticamente ausente do processo revolucionário. As classes médias, por sua vez, não demonstraram possuir aquela "vocação para o poder" que lhes teria permitido transformar o movimento de 1930 no ponto de partida de um novo regime coerente com suas aspirações liberal-democráticas (WEFFORT, 1978b, p. 63-64).

Segundo Weffort, a decadência do sistema econômico, político e social vigente sob a Primeira República, motivada pela falência do modelo agro-exportador e pelas fricções existentes entre os grupos oligárquicos, teria aberto uma grave "crise de hegemonia", isto é, uma situação na qual nenhuma classe ou fração de classe existente no cenário nacional possuía condições de impor seu projeto político e exercer domínio sobre o restante da nação. A solução encontrada pelos diversos segmentos das classes dominantes para essa crise, segundo Weffort, foi a fórmula do "compromisso" – o que, aliás, diga-se de passagem, se mostraria uma das mais fortes características de nossas classes dominantes ao longo do período republicano:

Depois de 1930 [...] estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais (WEFFORT, 1978b, p. 50).

Na perspectiva de Weffort, o "Estado de compromisso" seria a resultante política da Revolução de 1930, uma forma de organização do poder estatal decorrente da impossibilidade por parte de qualquer um dos setores dominantes de se fazer hegemônico tal como certas frações da oligarquia no período anterior. Aí residiria, segundo o autor, a explicação para o caráter de "massas" assumido

pelo Estado desde então ("Estado de Massas"), já que só estas poderiam prover a legitimidade necessária ao novo regime. O "populismo" brasileiro, iniciado em 1930, teria sido, entre outras coisas, "uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário" (WEFFORT, 1978b, p. 61).¹⁸

Esta abordagem de Weffort – distinta, portanto, daquelas que atribuíam o fim do sistema oligárquico a um "golpe da burguesia" (industrial) ou das classes médias – seria desenvolvida pelo historiador Boris Fausto em seu trabalho que se tornaria o "divisor de águas" do debate acerca da Revolução de 1930 (FAUSTO, 1976). As semelhanças entre as visões do cientista político e do historiador são notórias:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classes para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa

18 Contudo, a própria categoria de "Estado de compromisso" é passível de ser questionada por um viés marxista, dado o caráter um tanto quanto tautológico que encerra. Como indaga a historiadora Virginia Fontes, quando do exame de qualificação de nossa dissertação (DESSEN, 2008), "não seria todo Estado capitalista um Estado de compromisso por excelência?". Uma boa discussão sobre o tema pode ser vista em FONTES, 2005.

na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo" (*Idem*, p. 113).¹⁹

Para Fausto, esse "Estado de compromisso", justamente em função das condições de crise em que nasceu, significaria uma ampliação das funções estatais em termos de intervencionismo econômico e uma maior centralização na esfera propriamente política:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma *nova forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias (...). A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo (*Idem*, p. 109-111).

¹⁹ A perspectiva interpretativa de Weffort acerca da Revolução de 1930 (comungada, como vimos, por Fausto) seria a base para uma série de estudos acerca do regime político encabeçado por Vargas

19 Não podemos deixar de mencionar que a noção de "vazio de poder" utilizada por Fausto guarda muito mais proximidade com a perspectiva liberal-funcionalista do que propriamente com a marxista, que estrutura teoricamente seu trabalho em questão.

(em especial os realizados por Octavio Ianni e pelo próprio Weffort), nos quais as massas populares são interpretadas como um sujeito social que, ainda que subalternamente, teria passado a determinar a dinâmica política do novo Estado, cada vez mais "autonomizado" (relativamente, é bom lembrar) diante da sociedade. É bastante conhecida nas elaborações de Ianni e Weffort sobre o "populismo" brasileiro, por exemplo, a atribuição de um papel arbitral ao Estado diante das classes sociais, na qual o "chefe de Estado", "nas funções de árbitro", "passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo", estabelece "alianças com os setores urbanos das classes dominadas" e encarna "a imagem da soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito" (WEFFORT, 1978b, p. 70-71). Para Ianni, mesmo quando o populismo assumia uma forma ditatorial, essa *ditadura populista* não implicava na "ditadura da burguesia ou dos assalariados, e muito menos da classe operária":

Elle mantém o caráter policlassista, ainda que não em todos os níveis do poder. O Estado é representado pelas forças que se acham no poder como se representasse, ao mesmo tempo, todas as classes e grupos sociais, mas vistos como "povo", como uma coletividade para a qual as tarefas do nacionalismo desenvolvimentista pacificam e harmonizam os interesses e os ideais. O Estado é proposto e imposto à sociedade como se fora o seu melhor e único intérprete, sem a mediação dos partidos (IANNI, 1975, p. 128).

Nesse sentido, consideramos que a discussão feita por determinados autores acerca da formação de um regime - oriundo de uma "crise de hegemonia" - calcado na figura de um executivo "árbitro" entre as classes sociais em conflito nos remete diretamente ao debate acerca da "autonomização relativa do Estado", que envolve,

ainda que implicitamente, conceitos como "bonapartismo" e "cesarismo", utilizados mais comumente pelo marxismo do movimento operário. Muitas vezes, contudo, estes conceitos aparecem de um modo um tanto quanto claro na obra desses autores.

Octavio Ianni, trabalhando com textos de Trotsky sobre a América Latina, nos quais, como vimos, o revolucionário russo propôs a categoria de "bonapartismo *sui generis*", realizou uma interessante discussão acerca do "caráter bonapartista assumido com frequência pelo populismo latinoamericano" (*Idem*, p. 45):

O exame da conotação bonapartista do populismo pode abrir alguma perspectiva histórica nova à discussão do problema da composição de classes no populismo.

É inegável que nos governos, regimes ou Estados populistas têm surgido elementos típicos do bonapartismo. Em primeiro lugar, o "equilíbrio" das classes sociais que participam da coalizão populista é um componente básico do bonapartismo. Em segundo lugar, no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do Executivo, ou o que é equivalente, a submissão do Legislativo ao Executivo. Todo governo populista tende a ser forte, semi-ditatorial ou simplesmente ditatorial, como no bonapartismo. Em terceiro lugar, por fim, o governo populista, da mesma forma que o bonapartista, trata de organizar o poder além do aparelho estatal; ou, à reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos. A combinação Estado-partido-sindicato é o produto e, ao mesmo tempo, o sustentáculo do

governo populista mais típico. Nesse contexto, o chefe do governo – seja Cárdenas, Perón ou Vargas – aparece como o benfeitor de todas as classes identificadas com a Nação; ele se apresenta como quem tem a missão de instaurar a paz social, para salvaguardar a ordem burguesa (*Idem*, p. 45-46).

Contudo, após demonstrar essa proximidade entre "bonapartismo" e "populismo", Ianni objeta que "talvez haja um aspecto no bonapartismo que o torne particularmente – se não essencialmente – distinto do populismo" (*Idem*, p. 47). Segundo Ianni, o "bonapartismo" surge da incapacidade de se resolver, por meio do conflito, em determinado momento, a contradição entre os elementos antagônicos fundamentais na sociedade, isto é, a luta das classes sociais pelo poder: o "bonapartismo" se impõe "quando nenhuma das classes sociais em confronto dispõe de condições para impor seu mando às outras" (*Idem*). Recorrendo aos escritos de Gramsci sobre o "cesarismo", Ianni define o "bonapartismo" como uma "coalizão de antagônicos", uma "paz" surgida a partir da principal contradição social. Entretanto, para Ianni, não seria isso o que ocorreria no caso do populismo:

No bonapartismo, pois, o que parece ser essencial é uma situação de antagonismo de classes na qual a própria contradição e a impotência relativa das classes obrigam-nas a acomodarem-se entre si. Nesse caso, o controle do poder surge como um produto político paradoxal das contradições de classes; paradoxal porque exprime uma paz de antagônicos, estabelecida pela impossibilidade de continuação da luta.

Não seria essa a situação no peronismo, nem no varguismo. Nos dois casos, as contradições principais eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder. Isso não significa que os antagonismos internos, em ambos, não eram um elemento dinâmico importante. Mas eram secundários na definição do regime. Nota-se, porém, que no peronismo, por exemplo, nos últimos anos de sua vigência, as contradições internas do regime parecem ter ganhado maior significação, influenciando bastante as condições de seu colapso. Aliás, em outros governos populistas latino-americanos ocorreu fato semelhante: em certas ocasiões críticas, as contradições internas, entre as classes sociais que compunham o pacto, adquiriam maior importância ou podiam mesmo tornar-se decisivas (*Idem*, p. 47-48).

Fica claro, portanto, que a noção de "bonapartismo", tanto pela positiva quanto pela negativa, ora aparecendo abertamente, ora não, é trazida por Ianni para seu debate sobre a etapa populista da América Latina. Ainda mais reticente que Ianni, Francisco Weffort, para evitar, segundo ele próprio, comparações entre países de diferentes formações capitalistas (WEFFORT, 1978b, p. 70n), preferiu não aplicar as categorias de "bonapartismo", "bonapartista" etc. para caracterizar o populismo brasileiro, mas afirmou em nota de rodapé que "dentro da experiência histórica europeia o 'bonapartismo' seria talvez a situação política mais próxima dessa que procuramos descrever para o Brasil" (*Idem*).²⁰

20 Uma apresentação introdutória da relação entre os textos de Trotsky acerca do bonapartismo latinoamericano e os estudos de Weffort e Ianni sobre o populismo pode ser vista em DEXTER, 2005.

Outros cientistas sociais brasileiros também trabalharam com a categoria de "bonapartismo" para compreender a formação política do Estado brasileiro no período pós-oligárquico. Fazendo uso das elaborações de Gramsci acerca de duas modalidades de "cesarismo", João Quartim de Moraes afirmou:

O regime oriundo da Revolução de 1930, embora se apoiando num Exército comprometido com seus objetivos essenciais (primado do ponto de vista nacional sobre o regionalismo das oligarquias da República Velha, centralização orgânica do aparelho estatal, promoção pelo Estado do desenvolvimento industrial etc.) assumiu, na medida em que se consolidou o poder e o prestígio pessoais de Getúlio Vargas, o caráter de um "cesarismo progressivo" no estrito sentido de Gramsci (criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não-antagônico e abrindo caminho para as tendências progressistas do movimento histórico). A partir de 1935, no entanto, o impulso progressista aberto pelo combate dos "tenentes" e vitorioso em 1930 deslocou-se para a Aliança Nacional Libertadora, portadora de um projeto de reformas sociais avançadas. Para contê-la, Vargas recorreu a medidas repressivas e provocadoras, às quais os dirigentes da ANL responderam com uma aventura insurrecional fracassada. Vitorioso e mais poderoso do que nunca, o César acentuou a virada de seu regime no rumo de um "cesarismo policial", institucionalizado, dois anos mais tarde, com o Estado Novo. [...] Mas a singularidade do destino histórico do cesarismo varguista está em sua nova virada, desta vez de sentido progressivo, que o conduziu a fazer do sindicalismo

corporativista de Estado sua principal base de apoio político. Evolução que não foi aceita pelas cúpulas militares que o haviam ajudado a instaurar o Estado Novo (MORAES, 1987, p. 32-33).

Luiz Alberto Moniz Bandeira foi outro intelectual marxista que analisou o regime político instaurado em 1930 no Brasil enquanto um regime "bonapartista". Segundo Bandeira, Vargas "jogou com o proletariado para impedir que a burguesia industrial e a oligarquia se assenhoureassem completamente do poder. (...) O bonapartismo de Vargas apresentou (...) um caráter extremamente complexo, mesclando traços social-democráticos e fascistas, ao longo de 15 anos de duração" (BANDEIRA, 1979, p. 31). Na mesma linha interpretativa, Leôncio Martins Rodrigues utilizou a categoria de "bonapartismo getulista" para dar conta da relação entre o poder executivo e as classes sociais sob o período de 1930-1945:

A instauração do Estado Novo completou um processo geral de capitulação da "sociedade civil" face ao Estado. Trata-se de uma evolução que teve seu ponto de arranque em 1930. A instauração do Estado Novo foi sua culminação. O novo regime não [sic] resultou de um pacto ou acordo - ainda que implícitos - entre as classes proprietárias entre si, entre elas, ou facções delas, e as classes populares. Embora falte ao getulismo o apoio de uma massa camponesa, o Estado getulista apresenta muitos outros componentes que caracterizaram o tipo bonapartista de Estado: 1) o elevado grau de autonomia do aparato estatal ante as classes sociais; 2) o autoritarismo popular; 3) a centralização do Poder; 4) o apoio na burocracia e nas Forças Armadas; 5) a presença do chefe político

todo poderoso com traços carismáticos; 6) a demagogia com relação às classes baixas, as quais pretende representar ou defender; 7) a inexistência de partido político e de uma ideologia mais elaborada; 8) o relacionamento direto e pessoal, altamente emotivo, entre o chefe e o "baixo povo", que atua como *masse* e não como *classe* (RODRIGUES, 1981, p. 532).

Também se debruçando sobre o período político brasileiro iniciado em 1930, Eli Diniz detectou a existência de uma "autonomia relativa do Estado", além de um ingente desenvolvimento das estruturas burocráticas desse último, em uma etapa histórica de significativa inflexão sócioeconômica, caracterizada por um aceleramento do processo de urbanização e industrialização nacionais (DINIZ, 1981). Outros teóricos como Rui Mauro Marini e Armando Boito Jr. também recorreram à ideia de "bonapartismo" visando a compreensão de alguns aspectos da dinâmica da luta de classes no país sob a etapa populista.

O intelectual *dependentista* Marini detectou, na trama política que desembocaria no Golpe de 1964, uma tendência "bonapartista" do Estado brasileiro em função da debilidade da burguesia nativa e da crescente mobilização da classe trabalhadora urbana e rural (MARINI, 2000). Já Armando Boito Jr., de linha *poulantzianna*, se remontou à consciência dos camponeses franceses em face ao Estado chefiado por Luís Bonaparte para, por analogia, definir a ideologia populista como uma "ideologia pequeno-burguesa" calcada no "culto do Estado protetor". Feita a analogia, Boito Jr. assinala, entretanto, que a ideologia populista encerrava um caráter estatista de cunho "reformista", enquanto que a ideologia dos camponeses sob o "bonapartismo" tivera um conteúdo estatista abertamente "conservador" (BOITO JR., 1990, p. 70-71).

Ampliando o escopo temporal de nosso objeto, talvez seja pertinente aqui mencionarmos que outros autores marxistas, como Carlos Estavam Martins, Ricardo Antunes e José Welmovicki, fizeram uso do conceito de "bonapartismo" almejando uma caracterização do regime militar instalado no país em 1964.²¹ É possível notarmos, portanto, uma significativa elasticidade do "bonapartismo" como categoria, posto que sua utilização pode ser verificada tanto no trato do regime populista quanto no da ditadura nitidamente antipopulista. Vale destacar ainda que uma vasta gama de trabalhos que buscou interpretar a formação política nacional no pós-1930 a partir da dicotomia "Estado forte x sociedade civil fraca" pode ser também considerada – ainda que muitos desses trabalhos tenham, essencialmente, uma perspectiva liberal-funcionalista – devedora, de certo modo, das elaborações marxistas, com destaque para as de Gramsci, acerca do fenômeno da "autonomização relativa do Estado" oriundo das chamadas "crises de hegemonia".²²

Breves comentários finais

À guisa de uma concisa conclusão, gostaríamos apenas de fazer poucas e rápidas considerações, passíveis de um desenvolvimento alhures. Atendo-nos, em primeiro lugar, ao que se refere mais especificamente à teorização dos conceitos de "bonapartismo" e "cesarismo" por Trotsky e Gramsci, explicitamos aqui que, a nosso ver, não se deve a uma mera coincidência o fato de que ambos autores marxistas abordaram em seus escritos, de modo igualmente sofisticado, o fenômeno da "autonomização relativa do Estado". Para além das distintas polêmicas travadas por um e por outro com a

21 Ver, respectivamente, MARTINS, 1977; ANTUNES, 1992 e WELMOWICKI, 2004.

22 Como exemplo desses trabalhos, podemos apontar NOGUEIRA, 1998.

Internacional Comunista, relativas à natureza histórico-social do fascismo – o que os levou, cada um a seu modo, a elaborar teoricamente sobre a “autonomização relativa do Estado”, constitutiva dos regimes de crise (ou “regimes de exceção”) –, acreditamos que tal fato se deve, principalmente, à perspectiva dialética e antieconomicista que sempre vertebrou as análises políticas desses dois intelectuais orgânicos do movimento operário.

Possivelmente, a adoção de tal perspectiva analítica, oposta pelo vértice à lógica determinista e esquemática de linha estalinista, explique o porquê de ambos terem sido capazes de captar a fundo a verdadeira e complexa dinâmica relacional entre Estado e classes sociais que configura o “bonapartismo”/“cesarismo”. Essa dinâmica promove, justamente, uma “autonomização relativa” do “político” em relação ao “econômico”. Assim, tomando Trotsky e Gramsci como dois teóricos anti-estalinistas, nos sentimos autorizados a dizer que também não se deveu ao acaso a sua convergência quanto à definição histórico-sociológica do regime estalinista, visto como uma forma particular de “bonapartismo”/“cesarismo”.²³

A partir da década de 1960, muitos autores que se dedicaram à árdua empresa de interpretar a natureza e estrutura do Estado capitalista, assim como suas diversas manifestações formais (regimes políticos), acabaram por recorrer às análises de Trotsky e Gramsci na qualidade de pressupostos bibliográficos e/ou ferramentas teóricas necessárias para a feitura de seus trabalhos. Como exemplos, podemos citar autores marxistas situados em momentos distintos e pertencentes a “correntes” epistemológicas diferentes como Nicos Poulantzas (POULANTZAS, 1971 e 1972) e Domenico Losurdo (LOSURDO, 2004).

23 Quanto à apreensão do stalinismo por Trotsky como uma forma específica de “bonapartismo”, ver especialmente TROTSKY, 2005. E, quanto à percepção de Gramsci do stalinismo como uma variante do “cesarismo”, tomamos por referência justamente o último trecho transcrito por nós logo acima, de autoria do marxista sardo.

Achamos conveniente também assinalar que, em nossa opinião, as quase centenárias teses de Trotsky e Gramsci sobre a "autonomização relativa do Estado" mostram-se, ainda nos dias de hoje, dotadas de extrema importância *prática*, já que se constituem em um dos principais instrumentos analíticos para dar conta de fenômenos políticos contemporâneos, tais como o *chavismo* e demais manifestações *neopopulistas* latinoamericanas.

Ao que diz respeito à relação entre a teoria "bonapartista"/"cesarista" e a intelectualidade acadêmica brasileira, acreditamos que o vasto uso daquela por esta, em pesquisas sobre o processo político brasileiro pós-1930, possui um significativo lastro na realidade histórica do país. O enorme peso do Estado (com destaque para a burocracia e as forças armadas) na vida política e econômica nacional, os não raros períodos de repressão acentuada contra a classe trabalhadora organizada, as excessivas limitações contidas no regime democrático-burguês de 1946-1964 e sua instabilidade permanente são alguns exemplos.

Os muitos anos de vigência dos regimes "provisórios" e/ou de "exceção" (1930-1934; 1935-1937; 1937-1945; 1964-1989), a eterna tendência ao "compromisso" (tanto "preventivo", quanto "corretivo") por parte das frações dominantes, a ausência de partidos políticos burgueses com capacidade hegemônica e a hipertrofia do poder executivo são também elementos concretos que justificam o recurso dos analistas à ideia de uma quase que constante "autonomização relativa do Estado" na história política, econômica e social do país após o fim da Primeira República.

Dessa forma, pensamos que as categorias de "bonapartismo" e "cesarismo" podem ser muito pertinentes para uma melhor compreensão do período político brasileiro em questão, particularmente no que diz respeito à relação entre as classes populares, as diversas frações da classe dominante e o Estado surgido da Revolução de 1930. Entretanto, alertamos que, se utilizadas de um modo "mecânico" e, até certo ponto "vulgar", tais categorias

- devido precisamente à desproporção de forças entre "Estado" e "sociedade" que expressam - podem acabar por obscurecer o importante papel desempenhado por determinados *aparelhos de hegemonia* dos quais lançaram mão, por diversas vezes, as classes dominantes brasileiras. Do mesmo modo, a organização e as lutas dos trabalhadores para além dos limites impostos pelo Estado correm o risco de passar despercebidas, caso a chamada "autonomização do Estado" não for sempre vista como "relativa". Nesse sentido, vale a pena lembrarmos o alerta feito pelo próprio Gramsci de que "o cesarismo é uma fórmula polêmicoideológica, e não um cânone de interpretação histórica" (GRAMSCI, 2000, p. 77).²⁴

Por fim, esperamos que o presente artigo possa oferecer uma pequena contribuição ao estudo de parcela da bibliografia acadêmica brasileira dedicada ao período 1930-1964, particularmente no que concerne às influências teóricoanalíticas dessa. Nos tempos atuais, irritantemente conservadores, a academia se enxerga cada vez mais como o único *lôcus* válido de produção do conhecimento. Nesse contexto de *apartheid acadêmico* em relação às demandas dos maiores contingentes sociais, talvez não seja totalmente escusado demonstrar que, em tempos nem tão remotos, importantes intelectuais universitários beberam, e muito, em uma abundante fonte que pouco ou quase nada tem a ver com a jactância dos gabinetes acadêmicos: o marxismo do movimento operário.

Referências bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. *A rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1992.

²⁴ Mais uma vez, é pertinente indicarmos a leitura de FOXTEA, 2005.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOTTO JR., Armando. "Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – comentário em comemoração ao sesquicentário da publicação de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*". *Crítica Marxista*, São Paulo, nº 15, p. 127-139, 2002.
- _____. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Uma análise da estrutura sindical. Campinas/São Paulo: Unicamp/ Hicitec, 1991.
- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a universidade: Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Niterói. [Dissertação de mestrado]. PPGH-UFF, 2008.
- _____. "Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro". *Outubro*, São Paulo, nº13, p. 59-78, 2005.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981.
- ENGELS, Friedrich. A burguesia e o problema habitacional. In: Netto, J. P. *Friedrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. História e historiografia. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FONTES, Virginia. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. In: FONTES, V. *Reflexões im-pertinentes*. História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas*. A influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

- GRAMSCI, ANTONIO. *Cadernos do cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2001.
- IANNI, OCTAVIO. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JAGUARIBE, HELIO. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.
- LOSURDO, DOMENICO. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UFRJ/Ed. Unesp, 2004.
- MARINI, RUY MAURO. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, E. *Dialética da dependência*. Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000.
- MARTINS, CARLOS ESTEVAM. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de nc
- MARX, KARL. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MORAES, JOÃO QUARTIM DE. O argumento da força. In: OLIVEIRA, E. R. de. (et. al.). *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- MOURA, GERSON. *Autonomia na dependência*. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NOGUEIRA, MARCO AURÉLIO. *As possibilidades da política*. Ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PINHEIRO, PAULO SÉRGIO. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- POULANTZAS, NÍCOS. *Poder político e classes sociais*. 2 volumes. Porto: Portucalense, 1971.

- _____. *Fascismo e Ditadura: A III Internacional face ao fascismo*. 2 volumes. Porto: Portucalense, 1972.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e classe operária [1930-1964]*. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.
- SODRÉ, Nelson, Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.
- TROTSKY, LEON. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.
- _____. *Discusion sobre America Latina*. In: TROTSKY, L. *Escritos latinoamericanos*. 2ª ed. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000a.
- _____. *História da revolução russa*. 3 volumes. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967.
- _____. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: TROTSKY, L. *Escritos latinoamericanos*, 2ª ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000b.
- _____. *La política de Roosevelt en America Latina (3 de setembro de 1938)*. In: Trotsky, L. *Escritos Latinoamericanos Escritos latinoamericanos*, 2ª ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000c.
- _____. *Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista*. In: TROTSKY, L. *Escritos Latinoamericanos Escritos latinoamericanos*, 2ª ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000d.

- _____. La revolución china. In: *La teoría de la revolución permanente*. Compilación. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000e.
- TROTSKY, LEON. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- TROTSKY, LEON. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª ed. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2005.
- WEFFORT, FRANCISCO. Estado e massas no Brasil. In: *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.
- WEFFORT, FRANCISCO. O populismo na política brasileira. In: *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.
- WELMOWICKI, JOSÉ. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.